



A proposta ressalta "a discriminação e o desrespeito" na criação das reservas indígenas do País.

Até a gramática vira forma de discriminar

A Inquisição impôs a Terra como centro do universo, mas não conseguiu mudar a realidade dos planetas girando em torno do Sol. A Secretaria da Educação pode impor as alterações que propõe no currículo de Português, mas a realidade do magistério impedirá naturalmente que sejam adotadas. "A proposta é estratossférica", defini João Theodoro D'Olim Marote, professor de Português e diretor do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da USP.

A comparação com os tribunais da Inquisição não é apenas uma figura de linguagem do professor. Ele aponta as falhas da "Proposta Curricular para o Ensino de Língua Portuguesa — 1º Grau", elaborada pela Unicamp ano passado, na gestão do ex-reitor daquela universidade, José Aristodemo Pinotti, como secretário da Educação do governo Montoro: "Foi tudo feito de cima para baixo, o magistério não foi consultado nem a Faculdade de Educação chamada a participar. Assim, como os professores da rede oficial, recebemos a proposta pronta para discutir e não para

alterá-la, com contribuições e sugestões. Basta ver a bibliografia recomendada: quase todos são professores da Unicamp, que se citam mutuamente. O resultado é uma proposta tendenciosa, unilateral".

O documento alerta os professores para o que considera "formas de discriminação social na atividade lingüística — um dos problemas mais sérios da escola, quando o professor se institui como o intérprete privilegiado e assume um posto dominante sobre os alunos, dizendo o que os outros disseram, dizendo o que e como se deve dizer". Na opinião da secretaria, "as variações que decorrem de diferenças de classe social e econômica se tornam elementos a mais de discriminação".

A proposta defende o ensino de gramática só após a sexta série, sob o argumento de que "todas essas formas de discriminação se acentuam quando se trata da linguagem escrita. Pela sua própria função nas sociedades modernas, na escrita se acentuam as exigências relativas à linguagem padrão. Limita-se enfim o espaço da escrita pública a um número reduzido de pessoas".